

Aplicabilidade da contabilidade ambiental nas indústrias química farmacêuticas do estado do Paraná

Francieli de Lima (UNINTER) - francieli905676@hotmail.com

John Lenon Marques (UNINTER) - john511875@hotmail.com

John lennon Santos Araujo (UNINTER) - john515120@hotmail.com

Viviane da Costa Freitag (UNINTER - PR) - vivifreitag@yahoo.com.br

Resumo:

Devido ao aumento da conscientização ambiental da população, algumas empresas têm optado por demonstrar os fatos ocorridos na produção de bens ou serviços, relacionados ao meio ambiente. Esse estudo tem por objetivo verificar a aplicabilidade da Contabilidade Ambiental nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Paraná. Quanto aos métodos é um estudo exploratório e descritivo, utilizou como estratégias, levantamento, e informações bibliográficas. O instrumento para coleta de dados foi um questionário on-line, previamente testado, e submetido a um comitê de ética, direcionado para o departamento de Contabilidade das Indústrias Químicas e Farmacêuticas, cadastradas na Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). A amostragem por acessibilidade, foi composta por 85 empresas. Para a análise de resultado utilizou-se técnicas de estatística descritiva. Constatou-se que os contadores dessas indústrias, possuem conhecimento e compreendem a importância da contabilidade ambiental, entretanto não utilizam desta ferramenta de comunicação da interação da empresa com o meio ambiente, devido à falta de obrigatoriedade legal e da falta de percepção sobre retornos referentes a essa adoção e consequente evidenciação.

Palavras-chave: *Contabilidade Ambiental. Indústria Química Farmacêutica. Responsabilidade sócio-ambiental.*

Área temática: *Abordagens contemporâneas de custos*

Aplicabilidade da contabilidade ambiental nas indústrias química farmacêuticas do estado do Paraná

Resumo

Devido ao aumento da conscientização ambiental da população, algumas empresas têm optado por demonstrar os fatos ocorridos na produção de bens ou serviços, relacionados ao meio ambiente. Esse estudo tem por objetivo verificar a aplicabilidade da Contabilidade Ambiental nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Paraná. Quanto aos métodos é um estudo exploratório e descritivo, utilizou como estratégias, levantamento, e informações bibliográficas. O instrumento para coleta de dados foi um questionário *on-line*, previamente testado, e submetido a um comitê de ética, direcionado para o departamento de Contabilidade das Indústrias Químicas e Farmacêuticas, cadastradas na Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). A amostragem por acessibilidade, foi composta por 85 empresas. Para a análise de resultado utilizou-se técnicas de estatística descritiva. Constatou-se que os contadores dessas indústrias, possuem conhecimento e compreendem a importância da contabilidade ambiental, entretanto não utilizam desta ferramenta de comunicação da interação da empresa com o meio ambiente, devido à falta de obrigatoriedade legal e da falta de percepção sobre retornos referentes a essa adoção e consequente evidenciação.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Indústria Química Farmacêutica. Responsabilidade sócio-ambiental.

Área Temática: Abordagens Contemporâneas de Custos.

1 Introdução

A Contabilidade sempre foi entendida como Ciência que estuda e controla o patrimônio de uma entidade. As informações geradas por essa ciência, a princípio, eram basicamente de natureza financeira, e atendiam as necessidades dos proprietários e financiadores. TINOCO e KRAEMER (2011).

Atualmente esse cenário mudou, a sociedade nos últimos anos vem se preocupando com o controle e preservação do meio ambiente, esse movimento tomou corpo após a 1ª Conferência Internacional sobre Meio Ambiente em Estocolmo, ocorrida em 1972, onde alertava a população sobre alterações no planeta, como: clima; efeito estufa; vegetação e poluição. CARVALHO (2008).

Devido a essa conscientização, parte da sociedade vem cobrando das empresas, políticas de controle e preservação dos recursos ambientais, considerando que o patrimônio ambiental é finito e pertence às gerações futuras. Em contrapartida as organizações sentiram a necessidade de novos instrumentos, que possibilitem, trabalhar com dados ambientais.

Com base nessa necessidade, a contabilidade ambiental se apresenta como ferramenta para o controle dos recursos naturais, consumidos no processo produtivo das empresas, recursos esses que pertencem à todos. O desenvolvimento da sociedade demandou produtos industrializados, e para a produção desses, fez-se necessário a criação de novas máquinas, e equipamentos, concomitante a esse processo, ocorreu o aumento da extração de matérias primas diversas.

É com esse pano de fundo que atualmente se discute sobre o meio ambiente e práticas de sustentabilidade aplicada às empresas, no entanto, ressalta-se que não existe legislação que

obrigue às Entidades a praticar e aplicar a contabilidade ambiental. Com isto posto, o presente estudo tem como problema identificar qual a aplicabilidade da contabilidade ambiental nas empresas do ramo da indústria Química Farmacêutica do Paraná?

O Objetivo geral do presente estudo é verificar a aplicabilidade da contabilidade ambiental nas empresas do ramo de Indústrias Químicas Farmacêuticas do Paraná. E para atingir o objetivo geral foram propostos os seguintes objetivos específicos: revisar a literatura da contabilidade ambiental; construir o instrumento de pesquisa; pesquisar a aplicabilidade da contabilidade ambiental nas empresas do ramo de Indústrias Químicas do Paraná.

A degradação do patrimônio ambiental da humanidade ocorrida nos últimos anos, fez com que a proteção ao meio ambiente se tornasse uma preocupação de grupos de estudos, empresas e também de uma significativa parcela da população. Levando isto em consideração nota-se que a Contabilidade Ambiental se apresenta como instrumento para auxiliar a competitividade das organizações empresariais. (TINOCO; KRAEMER 2011)

Porém Carvalho (2008, p. 112) explica que são vários os motivos para a não evidenciação das informações ambientais nas empresas, devido às doutrinas contábeis: do Contismo; Materialismo; Controlismo; Personalismo; Reditualismo; Aziendalismo; e o Patrimonialismo. O autor explica que essas doutrinas não visualizam uma contabilidade ampla, se apegam apenas em fatos econômicos.

Nossa (2002, p. 200), ao analisar o conteúdo dos relatórios anuais e dos relatórios ambientais, de empresas do ramo de papel e celulose constatou que "não há homogeneidade quanto à formatação e apresentação das informações, principalmente nos relatórios ambientais".

Costa e Marion (2007) também delimitaram seu estudo em empresas do ramo de papel e celulose e verificaram que os "conteúdos apresentados tanto nos Relatórios Anuais quanto nos Relatórios de Administração não possuem uniformidade entre as empresas, o que dificulta qualquer tipo de comparação entre as informações."

Freitas e Oleiro (2011) trabalharam com dados da Bovespa e não encontraram evidenciação de natureza ambiental nas peças contábeis. "Todas as evidenciações foram apresentadas no relatório da administração, demonstrando que as empresas ainda não utilizam a contabilidade e a gestão ambiental".

Freitag (2011, p. 15) estudando publicações no EnAnpad, constatou

que o nível de internacionalização ou o fato da empresa negociar títulos em bolsas de valores em outros países é determinante para elevação do nível de evidenciação ambiental, que as poucas menções [das contas ambientais] que ocorrem nos demonstrativos contábeis são por meio do Relatório da Administração ou Notas Explicativas, possuindo características qualitativas e positivas.

A importância desse estudo se justifica pela aplicação em um ramo empresarial, diretamente com os gestores contábeis, o que distingue de estudos como Santos, Silva, Souza e Souza (2001), Nossa (2002), Costa e Marion (2007), Pires e Silveira (2008), Ribeiro e Bellen (2010), Rosa, Ferreira, Ensslin e Ensslin (2010), Freitas e Oleiro (2011), Bachmann, Carneiro e Espejo (2012), entre outros, que tem como base de dados evidenciações de empresas listadas na Bovespa.

2 Contabilidade Ambiental

Na década de 70 desponta o conceito de desenvolvimento sustentável, onde as empresas eram orientadas a utilizar recursos naturais, de forma que não prejudicassem as gerações futuras. Essa discussão despontou em 1972 na Conferência sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo. (TINOCO e KRAEMER, 2011 p. 12). Nessa conferência foi

apresentada a carta de Belgrado que foi resultado do Seminário Internacional de Educação que reuniu vários países, o documento apresentou os seguintes tópicos:

- Qualidade de vida ligada à felicidade humana;
- Preservação e melhoria das potencialidades humanas e
- Desenvolvimento de bem-estar social e individual.

Todos esses itens são subordinados à harmonia com o meio ambiente. Esse documento propunha que qualquer ação de preservação ambiental deveria, primeiramente, passar por uma educação ambiental. E portanto seria necessário:

- Conscientizar os cidadãos de todo o mundo sobre o problema;
- Disponibilizar acesso a conhecimento específico sobre o meio ambiente;
- Promover atitudes para a preservação;
- Desenvolver habilidades específicas para ações ambientais;
- Criar uma capacidade de avaliação das ações e programas implantados e;
- Promover a participação de todos na solução dos problemas.

Em 1992 no Rio de Janeiro foi realizado a ECO-92 que reuniu 178 países, com uma repercussão maior que a Conferência de Belgrado de 1975, os países envolvidos mostraram maior compromisso com os conceitos de “ambientalmente correto” e “desenvolvimento sustentável”. A ECO-92 mostrou a necessidade de um sistema de contabilidade que mostrassem as questões sociais, ambientais e econômicas. O objetivo da ECO-92 era assegurar o comprometimento político com a sustentabilidade, como o planeta iria crescer e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais e dar qualidade de vida para sua população. Nessa Conferência foi aprovada a Agenda 21, que refere se a um projeto de ação que visa “guiar a humanidade em direção a um desenvolvimento, que seja ao mesmo tempo, socialmente justo e ambientalmente sustentável”. (BARBIERI, 2000, p. 13).

Nota-se que essas duas conferências, a de 1975, e a de 1992 no Rio de Janeiro, foram de suma importância para essa conscientização, pois alertou a sociedade sobre a preocupação com Meio Ambiente, nesse contexto se iniciaram as discussões sobre meio ambiente nas empresas. Para David (2003, p. 1) foi “frente à esta realidade, e atendendo apelos sociais, as empresas também intensificam sua preocupação com o fator ambiental”.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2011) em 1998 a Contabilidade Ambiental passou a ter *status* de novo ramo da Ciência Contábil, com a finalização do “Relatório financeiro e contábil sobre o passivo e custos ambientais”, proposto pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Relatórios Contábeis (*United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International of Accounting and Reporting*) ISAR.

Para Paiva (2003, p. 17) “A Contabilidade Ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário em suas tomadas de decisões”.

Carvalho (2008) a contabilidade Ambiental tem por função destacar nas evidenciações, os fatos relacionados ao meio ambiente. Não se configura em uma nova ciência, mas uma vertente da Contabilidade. Nota-se que os registros das informações relacionadas ao meio ambiente, são realizados dentro da própria contabilidade tradicional, para isso são criadas contas específicas, estruturadas dentro das demonstrações contábeis tradicionais.

Segundo Marion (2009, p. 40) “A contabilidade Ambiental se preocupa com a proteção do meio ambiente. Em função dos recursos naturais se tornarem cada vez mais escassos”.

O objetivo da Contabilidade Ambiental pode ser definido como, identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um

determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade. (RIBEIRO, 2005, p. 45).

Contabilidade Ambiental, portanto, é o elo da contabilidade que registra os bens, direitos e obrigações ambientais de uma entidade, com objetivo de informar aos usuários, tanto interno quanto externo, as alterações desse patrimônio.

Apesar de a Contabilidade ser considerada um instrumento para esse processo, o que se verifica nas empresas brasileiras, é um baixo reconhecimento e aplicação da contabilidade ambiental. (BARBIERI, 2000).

Bergamini Júnior (1999, p. 4) enumera alguns fatores que dificultam o processo de implementação da contabilidade ambiental:

Ausência de definição clara de custos ambientais; Dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo; Problema em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados; Falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa”, como por exemplo, no caso de uma usina nuclear; Reduzida transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios, dentre outros.

Carvalho (2008, p. 112) explica que são vários os obstáculos para a não evidenciação das informações ambientais, tais como:

A ausência de percepção da importância da natureza para a vida das entidades; Impactos financeiros decorrentes da adoção de metodologias limpas, embora posteriormente, isto possa ser revertido positivamente em favor da entidade; A falta de efetividade no cumprimento da legislação ambiental, sendo preferível a risco a mudança de postura; A dificuldade de valoração de fatos contábeis ambientais para o devido registro contábil; Imagem negativa associada a empresa, advinda do registro de passivos ambientais; A ausência de percepção ambiental dos benefícios ou malefícios por partes dos consumidores dos produtos da entidade e/ou usuários da informações contábeis.

Entretanto algumas empresas já estão demonstrando os fatos contábeis em suas demonstrações, devido a cobrança da sociedade, que já possui uma conscientização que os recursos naturais são esgotáveis.

Na opinião de Rosa, Ferreira, Ensslin e Ensslin (2010) a evidenciação ambiental auxilia a manter a comunicação sobre a gestão ambiental das empresas com suas partes interessadas (*stakeholders*), tais como: órgãos reguladores, governamentais, sociedade civil organizada, comunidade científica, comunidade civil organizada, investidores, credores, fornecedores, clientes, entre outros, ou seja, é vista como método fundamental para informar os usuários de prováveis riscos relacionados ao meio ambiente, considerando as pressões do governo, investidores e da sociedade.

Para Costa e Marion (2007) a evidenciação segregada das informações ambientais pode ser considerada como uma das contribuições da contabilidade para a preservação do meio ambiente, ou seja, por meio da evidenciação dos ativos, passivos, receitas, custos e despesas ambientais o profissional contábil estará dando sua contribuição ao meio ambiente.

Segundo Ribeiro e Bellen (2008), as cinco empresas que mais evidenciam as informações ambientais no Brasil são, Petrobras, Votorantin Celulose e Papel S.A, Companhia Vale do rio Doce, Copel e Aracruz Celulose.

Anterior ao processo de evidenciação dessas informações é preciso que a entidade organize seu plano de contas e parametrize seu sistema de informação englobando as contas de natureza ambiental.

2.1 Contas Ambientais

Na contabilidade ambiental, os ativos ambientais podem ser definidos como benefícios que ocorrem no meio em que a empresa está alocada, com a intenção de reduzir ou prevenir prováveis contaminações do meio ambiente, de assegurar as pessoas diretamente e indiretamente envolvidas nas atividades da empresa e conservação do meio. (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Ribeiro (2006) afirma que os ativos ambientais devem ser classificados, controlados e divulgados dentro do grupo do Ativo. No caso de publicação das informações contábeis as informações referentes ao mesmo devem ser apresentadas com um formato sintetizado nas notas explicativas.

Os passivos ambientais para Tinoco e Kraemer (2011, p. 156,) são obrigações adquiridas pela empresa, por meio de atividades que colocaram em risco o meio ambiente ou já o afetaram de forma negativa. Este passivo se dá pelo desembolso de recursos como a finalidade de reconstituir o meio degradado e multas e/ou indenizações.

Passivos ambientais podem ser reconhecidos de exercício anterior, sendo causado por atividades que afetaram e ainda estão afetando o meio ambiente, com isso a empresa irá assumir uma série de responsabilidades perante a sociedade, que deverão afetar os resultados da empresa e portanto devem ter sido devidamente provisionados. (TINOCO, 2011).

Os passivos ambientais também podem ser constituídos pensando em danos futuros ou como forma de precaução, para que a entidade não coloque em risco a continuidade da mesma, esta ação, ocorre no formato de contingência. As contingências ambientais conforme Ribeiro e Lisboa (2000) se caracterizam em: cumprimento de exigências legais, indenização a terceiros por prejuízos causados e prevenção a eventos inesperados.

Segundo Ribeiro (2006) os itens que compreendem o passivo ambiental devem ser apresentados subgrupos específicos as exigibilidades e informados nas notas explicativas de forma compulsória. No entanto se o valor ou natureza for de alta relevância devem ser evidenciados no Balanço Patrimonial em contas específicas.

As receitas ambientais são ganhos relacionados às atividades realizadas pela empresa como, por exemplo, a venda de resíduos ou subprodutos poluidores, a empresa que dará uma destinação correta a esses elementos. A receita acontece também quando a empresa adquiriu mais valor de mercado, por conta do reconhecimento da sociedade.

Empresas que investem em meio ambiente provocam melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, incentivando o incremento da produtividade dos recursos utilizados em seu processo produtivo, que poupadores de recursos podem ser por analogia considerada receitas, além de contribuírem para a redução de impactos ambientais. (TINOCO 2011, p. 167)

Os Custos ambientais são gastos relacionados à atividade com finalidade de por em prática o princípio do desenvolvimento sustentável, ou seja, os custos diretamente ou indiretamente relacionados às ações de prevenção e/ou recuperação do ambiente em que a empresa esta alocada.

Conforme Tinoco (2011) a característica dos custos ambientais é permitir o prolongamento da vida útil dos immobilizados, melhorar a capacidade da segurança e reduzir ou evitar uma contaminação suscetível de ocorrência como resultado das futuras atividades da entidade.

Segundo Ribeiro (2006) os custos ambientais resultam em benefícios não só para a empresa, como também para a sociedade externa, por meio de resultados positivos ao meio ambiente, em relação à conservação dos recursos ambientais. Por conta disso muitos contabilistas defendem que os gastos sociais devem ser incorporados aos produtos produzidos por meio do custo padrão, orçamentos e provisões.

Os custos podem ser classificados em: custos externos, custos internos, custos diretos, custos indiretos, custos intangíveis, custos potencialmente ocultos, custos convencionais, custos com contingências e custos de imagem e relacionamento.

Para Ribeiro (2006) os custos ambientais computados na demonstração de resultado do exercício devem ser discriminados, por natureza, nas notas explicativas. Se houver oscilação relevante dos custos ambientais de um período para o outro deve ter uma justificativa apresentada no corpo das notas explicativas.

De acordo Tinoco (2011) despesa ambiental é definida como o desembolso de descontaminação e restauração de lugares contaminados, eliminação de resíduos ou eliminação ativos poluentes.

Estas despesas podem ser divididas em operacionais (ligada diretamente com o intuito de restaurar ou/e prevenir o ambiente) e não operacionais (são despesas decorrentes de multas, sanções e indenizações).

Ribeiro (2006) cita alguns exemplos de despesas ambientais: horas de trabalho que envolva processo de prevenção ambiental (e seus respectivos encargos sociais) e insumos nos programas e políticas ambientais.

Segundo Ribeiro (2006) as despesas devem ser reconhecidas no curso do exercício, embora alguns sejam considerados como benefícios futuros, por isso encontram-se uma dificuldade na demonstração com clareza dos mesmos.

3 Metodologia

Esse estudo foi amparado no método indutivo, pois o objetivo foi verificar como diversas Indústrias Químicas Farmacêuticas evidenciam a contabilidade ambiental nas suas demonstrações financeiras, e a partir desses resultados, foi traçado um panorama da utilização da contabilidade ambiental nesse setor.

O presente estudo se enquadra em uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque, não foi encontrado estudo sobre a Contabilidade Ambiental aplicada às Indústrias Químicas Farmacêuticas e descritiva, pois a pesquisa busca estudar e descrever o posicionamento dessas entidades em relação ao tema. Ao que se refere aos procedimentos técnicos, o estudo é bibliográfico e levantamento.

Para elaboração dessa pesquisa foi empregada a amostragem não probabilística, por acessibilidade, a base de dados residiu nas Indústrias Químicas Farmacêuticas, listadas na Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP).

O Paraná possui 873 empresas do setor químico e farmacêutico e para estabelecer a amostragem, considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 10%, constatou-se a necessidade de trabalhar com os dados de no mínimo 85 empresas.

Foi construído um questionário fechado para servir de instrumento para coleta de dados, esse foi testado previamente por sujeitos que não participaram do estudo e foi submetido ao comitê de ética da instituição de origem dos pesquisadores, a fim de dirimir quaisquer problemas de natureza ética com os sujeitos participantes dessa intervenção. Esse instrumento, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram adaptados para ser disponibilizados como questionário eletrônico por meio da ferramenta *google docs*.

Para apresentação dos dados foram utilizadas técnicas da estatística descritiva que foram analisados de forma qualitativa.

4 Resultados do Estudo

Segundo Galembeck (2007), o setor de indústria químico no Brasil é o segundo maior setor de transformação perdendo apenas para o setor de alimentos. Este setor ocupa a 9ª posição no *ranking* mundial. No Brasil o setor químico corresponde por 3,5% do Produto

Interno Bruto (PIB), isso ocorre devido à essencialidade dos produtos químicos em qualquer atividade humana como, por exemplo, tratamento de água, alimentação, construção civil, lazer entre outros.

De acordo com dados divulgados no *site* do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos (SIMPROQUIM) (2013), o setor químico brasileiro ocupa a quarta composição do PIB industrial do país, o que demonstra a importância econômica do setor. Para manter esse quadro, o setor investe em ampliação da capacidade produtiva e inovações.

Conforme dados da FIEP, o Paraná possui 873 empresas do setor químico e farmacêutico, que geram um total de 22,7 mil empregos diretos. No que se refere ao valor de transformação Industrial esse setor representava em 2009, 5,5% das indústrias Paranaenses totalizando R\$ 2,6 bilhões.

De acordo com Wongtschowski (2011, p. 36 - 37) os produtos presentes em nosso dia a dia, por exemplo, na agricultura e no consumo doméstico, tem sua origem derivada de produtos naturais. A lista de produtos utilizados pela sociedade que são produzidos por esse segmento é: composta por produtos para a proteção de bens pessoais como exemplo a casa ou móveis (tintas), para manter a saúde de homens e animais (medicamentos e vacinas) e para obtenção de melhores alimentos (fertilizantes e defensivos agrícolas).

Conforme Brito e Pontes (2012), A indústria farmacêutica é responsável pela produção de medicamentos além de ser responsável pela distribuição, desenvolvimento e comercialização dos mesmos. Essas Indústrias só podem industrializar os produtos após pesquisas, descobertas e testes, isso geralmente leva tempo e os custos desse estudo estão embutidos nos medicamentos que os consumidores adquirem.

4.1 Pesquisa

A coleta de dados foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2013. Foram enviados via endereço eletrônico, um questionário *on-line* para as indústrias químicas e farmacêuticas cadastradas na Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Aplicada ao setor contábil dessas indústrias, após o envio do questionário foi realizado contato telefônico com os gestores e contadores a fim de reforçar a importância e a confiabilidade do estudo.

A princípio questionou-se sobre o enquadramento jurídico, 65% das empresas que responderam o questionário são Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, enquanto 35% é sociedade Anônima. Quanto ao controle do Capital todas as empresas são consideradas nacionais. Cumpre ressaltar que o estudo de Freitag (2011) destacou que o nível de internacionalização interfere na opção de evidenciar as contas ambientais.

Na sequência, questionou-se sobre a certificação da ISO 14001, pois, essa é uma evidência de que a empresa possua definidas suas políticas ambientais. Para obter essa certificação é necessário que haja padronização dos processos e a integração do sistema de gestão ambiental, os processos e o sistema de gestão ambiental auxiliam e fazem uso da contabilidade ambiental.

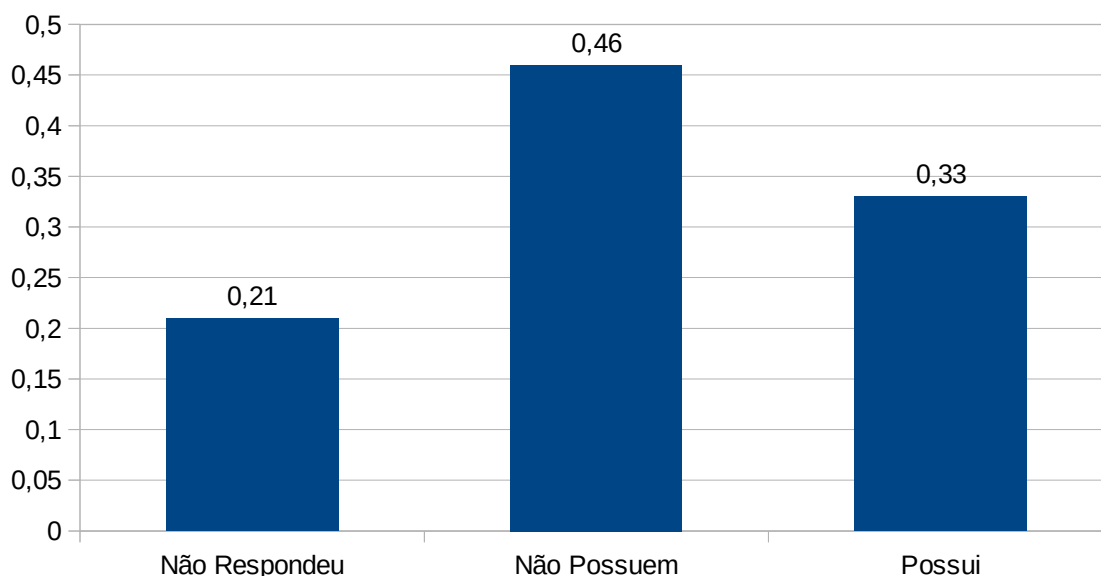


Figura 1 – Certificação ISO 14001

Questionadas sobre a posse da Certificação Ambiental ISO 14001, 33% das indústria afirmaram ter o certificado, 46% responderam que não possuem e 21% não responderam. Fazendo uma comparação com o estudo de Souza (2001), que constatou que 36% possuía o certificado, 43% não possuíam e 21% estavam em processo de implantação. Nota-se que houve uma redução nas empresas que possuem a certificação, esse comportamento deveria ser registrado como oposto, tendo em consideração que o estudo de Souza (2001) ocorreu há doze anos, e Conforme Ferreira (2011) a conscientização das empresas, relacionada com o meio ambiente vem crescendo a cada dia.

Na sequência, questionou-se quanto à percepção de resultados após a implantação da ISO 14001, 36% dos entrevistados responderam que não mensuram o resultado e 64% não responderam. Ao considerar essas afirmações em relação aos possíveis benefícios da implantação dessa certificação, enumerados por Tinoco (2011) e Ferreira (2011) como, estruturação de uma política ambiental interna, desempenho operacional, valorização da imagem e melhoria nos negócios, verifica-se que nas indústrias químicas farmacêuticas não ocorre essa percepção de ganhos gerados pela adoção da ISO. Souza (2001) afirma que 81% das organizações indicaram como principal resultado alcançado após a adoção da ISO 14001 foram melhorias na estrutura organizacional, enquanto 14% apontaram para o desempenho operacional, e 5% perceberam a valorização da imagem.

Investigou-se sobre a forma de contabilização adotada para alocação dos gastos com a implantação da certificação ISO 14001, e 26% das empresas afirmaram que contabilizam esses gastos como despesas, afetando o resultado do período, enquanto 74% responderam que não tem conhecimento. Como o instrumento de pesquisa foi direcionado para os gestores da área de contabilidade ou o próprio contador, esse resultado indica que esses gastos tem passado despercebidos pela maioria dos gestores nessas indústrias.

Na sequência foi tratado sobre a contabilidade ambiental propriamente dita.

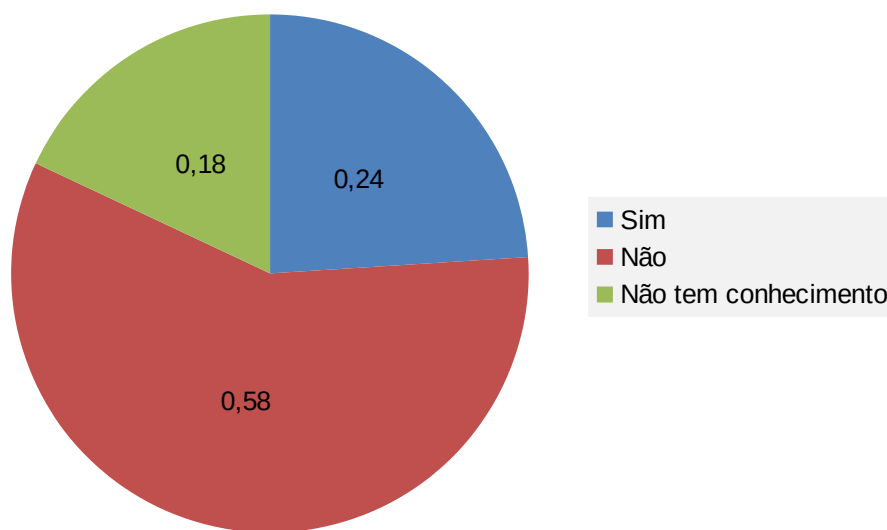


Figura 2 – Utilização da contabilidade ambiental

A respeito da questão fundamental desse estudo, ou seja, verificar a aplicabilidade da Contabilidade Ambiental nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Paraná constatou-se que apenas 24% das empresas aplicam a Contabilidade Ambiental, enquanto 58% afirmam não utilizá-la, e 18% não tem conhecimento se a indústria faz uso ou não desses conceitos. Souza (2001) destacou que 13% das empresas aplicavam a contabilidade ambiental, enquanto que 87% não aplicavam.

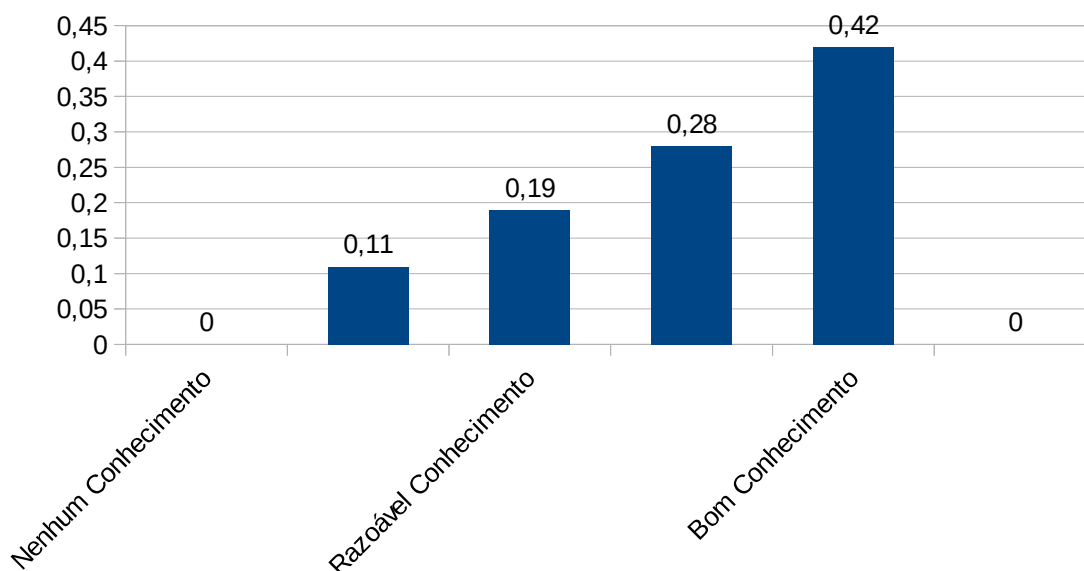


Figura 3- Nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental

Quando questionados sobre o nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental, numa escala de 1 a 10, onde 1 foi considerado nenhum conhecimento e 10 para alto nível de conhecimento, os resultados foram os seguintes, 11% classificaram seu conhecimento em nível baixo; 19% responderam razoável conhecimento; 28% afirmaram ter um nível médio de

conhecimento, 42% responderam ter um bom conhecimento sobre o tema. Esses resultados demonstram que a maioria afirma ter um bom nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental, mas analisando com as outras questões como: aplicação da contabilidade ambiental e a devida evidenciação da contabilidade ambiental, pode se inferir que esses gestores conhecem a contabilidade ambiental, mas não a aplicam.

O estudo de Souza (2001) aponta que 67% não possuía conhecimento de contabilidade ambiental, e 37% alegaram ter conhecimento. Usando como base este estudo observa-se que ocorre um incremento no quesito conhecimento da contabilidade ambiental de forma relevante.

Foram elencados possíveis fatores para não aplicabilidade da contabilidade ambiental.

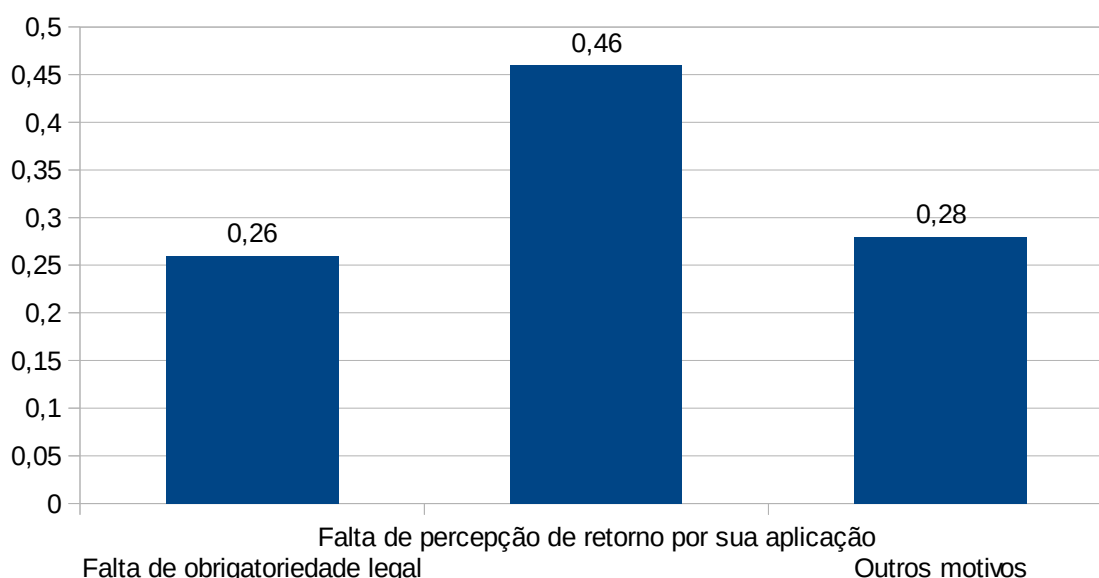


Figura 5 – Fatores que implicam na adoção da contabilidade ambiental

Dentre os principais motivos para não aplicabilidade da contabilidade ambiental, 46% alegaram que não aplicam pela falta de percepção de retorno financeiro, já 26% pela falta de obrigatoriedade legal e 28% alegaram outros motivos não especificados. Ao analisar a pesquisa realizada por Souza (2001) nota-se que 57% destacaram como motivo principal para não aplicabilidade da contabilidade ambiental a incipiência do tema no Brasil, 24% destacou a falta de pesquisa acadêmica, enquanto 19% a falta de necessidade de aplicação. Nota-se que mesmo com a evolução do conhecimento da contabilidade ambiental, a mesma não é aplicada basicamente por falta de percepção de retorno financeiro e falta de incentivo legal.

Ao questionar se o plano de contas da empresa possui contas específicas para evidenciar fatos relacionados com o meio ambiente, 65% dos entrevistados declararam que o plano de contas da entidade não prevê dados ambientais, enquanto que 28% não têm certeza e apenas 7% afirmaram ter previsto essa opção em seus planos.

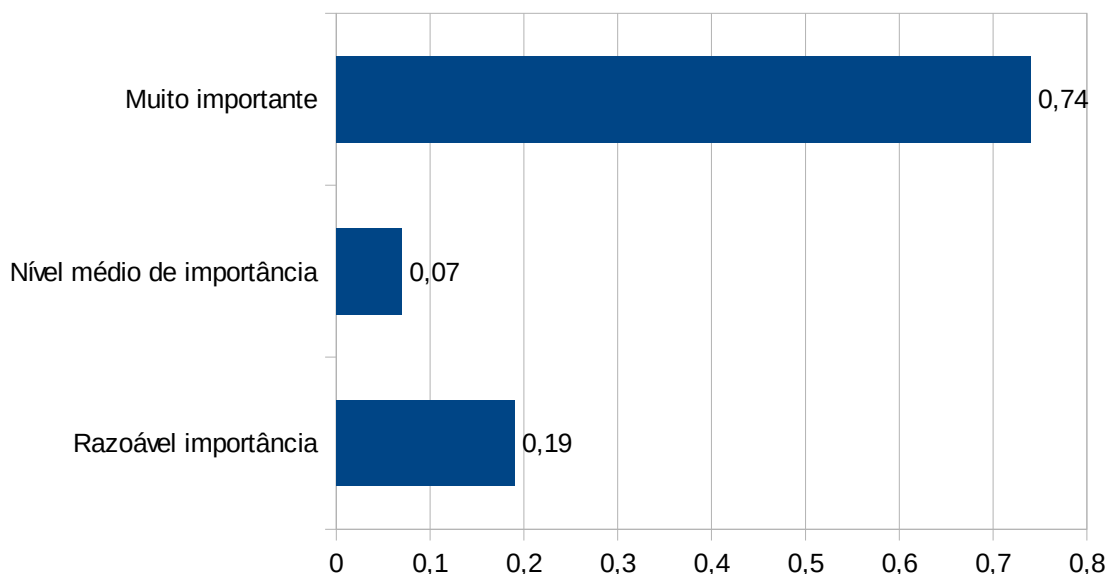


Figura 6 – Importância da contabilidade ambiental

Ao questionar sobre a importância da Contabilidade Ambiental, em uma escala de 1 para nenhuma importância e 10 para muito importante, os resultados foram os seguintes, 19% consideram de razoável importância; 7% afirmaram ser de médio nível de importância e 74% responderam considerar muito importante.

Esse resultado permite refletir que apesar desses gestores considerarem a contabilidade ambiental muito importante não a utilizam, conforme observado na figura 2.

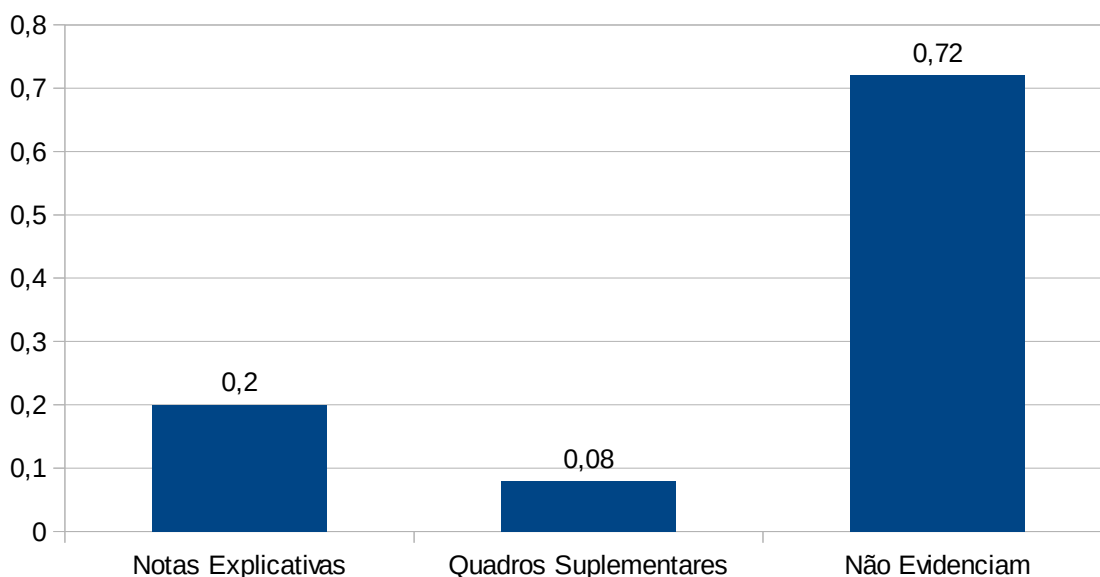


Figura 7 – Formas de evidenciação da contabilidade ambiental

Quando questionados se a empresa utiliza formas conjugadas de evidenciação da contabilidade ambiental, 20% afirmaram que evidenciam por meio de notas explicativas, 8%

por meio de quadro suplementares e 72 % afirmaram que não realizam evidenciações ambientais.

Quanto ao veículo de comunicação utilizado para evidenciar a contabilidade ambiental, 7% das empresas utilizam o *site* como veículo de comunicação, enquanto 28% utilizam o relatório anual da empresa e 65% não evidenciam dados da contabilidade ambiental, por meio desta análise verifica-se se que a preferência como veículo de comunicação para apresentar as informações geradas pela aplicação da contabilidade ambiental no setor químico e farmacêutico corrobora com os resultados da pesquisa realizada por Costa e Marion (2007) em que verificaram que 29% das empresas no Brasil utilizavam os relatórios administrativos como ferramenta para a transmissão das informações da contabilidade ambiental enquanto que 5% das empresas se utilizavam de notas explicativas para fazer tais comunicações.

Considerações Finais

Com base no estudo, constatou-se que na atualidade, há uma grande preocupação da sociedade em saber como as empresas lidam com os fatos relacionados ao meio ambiente, e como estas empresas evidenciam esses fatos em suas demonstrações financeiras.

A fim de atender o objetivo Geral desse estudo, que consiste em verificar a aplicabilidade da Contabilidade Ambiental, levando em conta as empresas do ramo de Indústria Química e Farmacêutica do Paraná, percebeu – se perante os resultados sobre a utilização, importância e conhecimento sobre contabilidade ambiental que os gestores da área contábil, conhecem e consideram importante, no entanto não utilizam, por conseguinte não evidenciam a contabilidade ambiental.

No que diz respeito à aplicabilidade, esses, não aplicam nas suas empresas, alegando como principais motivos, a falta de obrigatoriedade e a falta de percepção de retorno financeiro em sua aplicação.

Diante disso, nota-se que falta incentivo do governo, por não determinar uma legislação que oriente como as empresas devem proceder com fatos relacionados ao meio ambiente. Nota-se também, que esses profissionais ainda não têm consciência de que a contabilidade ambiental é uma ferramenta de gestão, que proporciona controle sobre os riscos e impactos ambientais e também se apresenta como ferramenta de responsabilidade social, perante a sociedade.

Para estudos futuros, sugere-se investigar a aplicabilidade da contabilidade ambiental em outros ramos, para assim expandir a discussão.

5 Referências

BACHMANN, Ramon Kael Benassi; CARNEIRO, Leandro Marcondes; ESPEJO, Marcia Maria dos Santos Bortolucci – **Qualidade de Evidenciação de Informações Ambientais: propostas de um Indicador a Partir da Percepção de Especialistas**. XXXVI EnANPAD. Rio de Janeiro 2012.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** - As Estratégias de Mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAUER, Maristela Mercedes; NAIME, Roberto – Estado da Arte da Evidenciação Social e Ambiental Voluntária. **Revista de Administração, Contabilidade e sustentabilidade** – vol. 2, nº 2 – edição especial rio + 20, Ago., p. 39 – 60, 2012.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. Revista do BNDES - **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Rio de Janeiro: n° 11, 1999.

BEUREN, Ilse Maria, **Como elaborar trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2008

BRITO, Ana Cristina Facundo de; PONTES, Daniel de Lima. **A Indústria Farmacêutica, Programa de universidade a distância UNIDIS**. Aula 06, disponível em <<http://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/quimica-experimental/industria-quimica/cap-6>> acesso em 09 de Novembro de 2013.

CARVALHO, Gardenia Maria Braga de, **Contabilidade ambiental**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2008.

COSTA, Rodrigo Simão; MARION, Jose Carlos – **A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais**. **R. Cont. Fin.** N. 43 p. 20 – 33. São Paulo, Jan./ Abr. 2007.

DAVID, Afonso Rodrigo. Contabilidade Ambiental. *In*: IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul- 2003. Disponível em: <www.ccontabeis.com.br/conv/t31.pdf> Acesso em: 10 jan. 2013.

FERREIRA, Araceli Cristina de Souza, **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável – inclui certificados de carbono**, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREITAG, Viviane da Costa – Estado da Arte da Pesquisa em Evidenciações Ambientais. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, v. 4, n 1, Paraná 2011.

MARION, Jose Carlos. **Introdução a Contabilidade com Ênfase em Teoria**. São Paulo: Alinea, 2009.

NOSSA, Valcemiro. *Disclosure Ambiental: Uma Análise do Conteúdo dos Relatórios Ambientais de Empresas do Setor de Papel e Celulose em Nível Internacional*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2002. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/> . Acesso em: 01 abr. 2014.

PAIVA, Paulo Roberto. **Contabilidade ambiental**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREIRA, Maria Elisabeth Kraemer. **Contabilidade e Gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2007.

PIRES, Charline Barbosa; SILVEIRA, Fabiana Costa da Silva – **A Evolução da Evidenciação das Informações Ambientais de Empresas do Setor de Celulose de Papel: Uma Análise de Conteúdo das Notas Explicativas e Relatórios de Administração**, Porto Alegre, Vol 8, n 13, 2008.

RIBEIRO Alex Mussoi; BELLEN Hans Michael. Evidenciação Ambiental; Uma comparação de Nível de Evidenciação entre relatórios de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações** – FEA-RP/USP, v. 4, n. 9, p. 55-78, mai-ago 2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva 2005.

ROSA, Fabrícia Silva da; FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo; - Evidenciação Ambiental (EA): Contribuição da Metodologia Multicritério para Identificação dos Aspectos Financeiros para a Gestão Ambiental. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 27-61, out./dez. 2010.

SANTOS, Adalto de Oliveira; SILVA, Fernando Benedito da; SOUZA, Synval de; SOUSA, Marcos Francisco Rodrigues de. Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**, São Paulo, FIPECAFI, v.16, n. 27, p. 89 - 99, setembro/dezembro 2001

TINOCO, João Eduardo Prudêncio, KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WONGTSCHOWSKI, Pedro Indústria Química, **Ciência Hoje, Química para um Mundo Melhor**, Volume 47, 2011.